

Indicadores para uma reflexão sobre a afetividade e a sexualidade no contexto do Pensamento Social Cristão

JUAN AMBROSIO¹

1. Breve enquadramento

Neste capítulo, no âmbito da temática geral da presente obra, ensaio uma breve reflexão no contexto do pensamento social cristão. O meu objetivo com este contributo passa, principalmente, por partilhar alguns indicadores que considero importante ter em conta, no desenvolvimento de uma reflexão acerca da identidade, da afetividade e da sexualidade.

Começo por formular uma questão que certamente se coloca a muitos de nós. A mim, pelo menos, colocou-se no momento da preparação desta partilha. Será que o âmbito do pensamento social cristão é o mais apropriado para fazer tal reflexão? Que pode ela trazer de suficientemente relevante para aqui ter sido convocada e, ainda para mais, num momento de ponderação em que se pretendem cruzar diálogos a partir de perspetivas sociológicas e políticas? Não será que a reflexão acerca da afetividade e da sexualidade se enquadra muito mais no âmbito de uma teologia moral?

Perguntas legítimas e que me parecem merecer toda a atenção para enquadrar, do modo mais claro possível, a reflexão que me proponho partilhar. Nesse sentido, começo pela última formulação da pergunta: não será o âmbito da teologia moral o mais apropriado para fazer tal reflexão?

Para responder, recorro ao n.º 41 da Encíclica de João Paulo II, *Sollicitudo Reus Socialis* (1987) em que se afirma:

¹ Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia, Lisboa, CNE, «Entre Linhas».

«A doutrina social da Igreja *não* é uma «terceira via» entre *capitalismo liberalista e colectivismo marxista*, nem sequer uma possível alternativa a outras soluções menos radicalmente contrapostas: ela constitui por si mesma uma *categoria*. Não é tampouco uma *ideologia*, mas a *formulação acurada* dos resultados de uma reflexão atenta sobre as complexas realidades da existência do homem, na sociedade e no contexto internacional, à luz da fé e da tradição eclesial. A sua finalidade principal é *interpretar* estas realidades, examinando a sua conformidade ou desconformidade com as linhas do ensinamento do Evangelho sobre o homem e sobre a sua vocação terrena e ao mesmo tempo transcendente; visa, pois, *orientar* o comportamento cristão. Ela pertence, por conseguinte, não ao domínio da *ideologia*, mas da *teologia* e especialmente da teologia moral.»

O texto citado acaba por responder, também, às outras perguntas anteriormente formuladas. O pensamento social cristão não só desenvolve uma reflexão no âmbito da teologia moral como o procura fazer a partir de uma atenção cuidada às realidades da existência do ser humano em sociedade — a afetividade e a sexualidade certamente se encontram entre estas realidades —, tendo como meta principal iluminar essas realidades com a luz do Evangelho. Isso parece-me querer indicar que a reflexão que aqui me proponho desenvolver tem cabimento neste momento e lugar.

Para poder avançar na minha partilha, julgo ainda ser necessário fazer uma outra precisão. Os mais atentos certamente notaram que o texto citado fala em doutrina social da Igreja e não em pensamento social cristão. Preciso, pois, de justificar esta minha opção.

Tem-se normalmente chamado doutrina social da Igreja a uma reflexão que não se traduz apenas num corpo de princípios éticos, morais e teológicos organizados de forma sistemática e coerente, nem pode ser reduzida a um conjunto de documentos do magistério da Igreja dirigidos à comunidade crente². Essa reflexão, não reservada apenas a especialistas, se bem que os mesmos desempenhem um papel importante, implica

² Cf. Ildefonso Camacho, *Cristãos na vida pública: uma iniciação à doutrina social da Igreja*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2004, pp. 13-14.

também uma responsabilidade social e uma ação social por parte dos cristãos e das suas comunidades, configurando, no fundo, uma concepção cristã da vida humana em sociedade³, procurando ajudar a responder aos desafios que aí se colocam.

A atenção à vida concreta das pessoas não pode deixar de ser uma nota fundamental na identidade daqueles que se dizem seguidores de Cristo, como inequivocamente podemos ler, naquela que considero ser uma das mais belas páginas produzidas pela reflexão cristã: «as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração (*Gaudium et Spes*, n.º 1).

Julgo bastarem estas pequenas referências para que se entenda a minha opção. O pensamento social cristão, não excluindo a elaboração de uma doutrina, é muito mais do que isso, procurando reivindicar e fundamentar um estatuto de cidadania para o cristianismo⁴.

2. Distintos níveis a ter em conta

Tendo feito o enquadramento necessário, posso agora destacar, no contexto do pensamento social cristão, três níveis a partir dos quais se pode perceber melhor o seu contributo para a reflexão que aqui nos convoca⁵. O primeiro é o nível dos princípios e valores fundamentais. Como Princípios destacamos: o primado da pessoa humana, o bem-comum, a solidariedade e a subsidiariedade. Como Valores: a caridade, a justiça, a liberdade e a verdade⁶. A simples enunciação dos mesmos parece-me

³ Cf. João XXIII, Encíclica *Mater et Magistra*, n.º 221.

⁴ Cf. Bento XVI, Encíclica *Caritas in Veritate*, n.º 56.

⁵ As «Orientações para o estudo e o ensino da Doutrina Social da Igreja na formação sacerdotal» elaboradas, em 1988, pela então chamada Congregação para a Educação Católica, fazem referência a estes três níveis.

⁶ A explicitação destes princípios e valores é muito importante. Não dispondo aqui do espaço necessário para o fazer, remeto para a leitura do compêndio da Doutrina Social da Igreja, que facilmente pode ser acedido, na sua versão em português, em https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html.

bastar, nesta ocasião, para que fique evidente a sua relevância. Cada um deles aponta-nos critérios preciosos a ter em conta no exercício de discernimento que é necessário desenvolver, e esse é o segundo nível que quero referir. Finalmente, o terceiro nível remete-nos para orientações concretas a ter em conta na participação e organização da vida social.

Tendo em conta estes três níveis podemos perceber melhor como a reflexão desenvolvida no âmbito do pensamento social cristão é composta por elementos contingentes, que permitem a evolução desse mesmo pensamento em sintonia com os desafios de um mundo em constante mudança, sem, contudo, pôr em causa os princípios e valores fundamentais. São eles que fundam e consolidam uma visão cristã sobre o ser humano e a sociedade, constituindo-se como critérios de discernimento que, num exercício de procura de equilíbrio, nem sempre fácil e evidente, entre o que querem indicar e o concreto da vida das pessoas e das sociedades, devem inspirar a ação. É este exercício, necessário e característico do agir cristão, configurando com frequência uma experiência de tensão, que possibilita levar a sério as circunstâncias particulares que vão marcando, em cada momento, a vida social do ser humano⁷.

No discurso proferido pelo Papa Francisco aos participantes da comemoração do 50.º aniversário da Encíclica *Pacem in Terris*, de João XXIII, encontro uma boa exemplificação do que até agora tenho tentado partilhar:

«A *Pacem in Terris* não tencionava afirmar que a tarefa da Igreja consiste em propor indicações concretas acerca de temas que, na sua complexidade, devem ser deixados ao debate livre. Sobre as matérias políticas, económicas e sociais não é o dogma que indica as soluções práticas, mas sobretudo o diálogo, a escuta, a paciência, o respeito pelo próximo, a sinceridade e também a disponibilidade a rever a própria opinião.»⁸

⁷ Cf. Cáritas Española, *Las personas que trabajamos en Cáritas*, Madrid, Cáritas Española Editores, 2009, p. 11.

⁸ Discurso proferido na Sala Clementina, a 3 de outubro de 2013. Neste discurso, o Papa Francisco propõe uma forma de abordar a DSI. Cf. Fernando Fuentes Alcántara (Coord.), *Guía para la enseñanza de la Doctrina Social de la Iglesia*, Madrid, PPC 2014, pp. 5-6.

Sou consciente de que o discurso do Papa tinha em mente a questão da edificação da paz, mas não me parece que esteja a fazer uma leitura errada ao considerar que o que é dito também se possa aplicar às questões relacionadas com a afetividade e a sexualidade, ou seja, também em relação a estas questões o diálogo, a escuta, a paciência, o respeito pelo outro, a sinceridade e a disponibilidade para rever a própria opinião, devem ser tidos bem em conta no exercício que estamos a realizar no âmbito deste debate.

3. Conversão e fidelidade ao Evangelho

Este exercício, convém tê-lo bem presente, deve ser sempre realizado na procura da fidelidade ao Evangelho, o que pressupõe, por sua vez, uma constante disponibilidade para a conversão. Estes dois eixos, são, no meu entender, absolutamente fundamentais na hora de desenvolvermos a reflexão que aqui estamos a fazer.

Para explicitar melhor esta minha convicção recorro de novo ao Papa Francisco, agora no recente discurso que dirigiu à Cúria Romana, na apresentação dos votos natalícios. Ao agradecer ao Senhor todos os benefícios concedidos durante o ano anterior, faz referência explícita à conversão, lembrando que, nunca sendo este um discurso acabado, a pior coisa que poderia acontecer seria pensar já não ser a mesma necessária, quer a nível pessoal, quer a nível comunitário.

«Converter-se [diz o Papa] é aprender a tomar a sério cada vez mais a mensagem do Evangelho, procurando pô-la em prática na nossa vida. Não é simplesmente manter-se longe do mal, mas praticar todo o bem possível: isto é converter-se! Perante o Evangelho, permanecemos sempre como crianças necessitadas de aprender. Presumir que já aprendemos tudo faz-nos cair no orgulho espiritual.»⁹

Parece-me claro o que o Papa aqui refere. Traduzido para o que estamos a fazer, indica a necessidade de uma atitude que promova a fidelidade ao Evangelho, sem se fechar na postura de quem já tudo sabe

⁹ Discurso proferido na Sala das Bênçãos, a 22 de dezembro de 2022.

e nada tem a aprender. Isso ainda fica mais evidente na referência que faz à celebração dos sessenta anos da realização do Concílio Vaticano II, apresentando-o como um momento de conversão para toda a Igreja, no qual se procurou compreender melhor o Evangelho, na tentativa de torná-lo atual, vivo e operante. Citando a esse propósito o Papa João XXIII, lembra-nos que o Evangelho não muda, mas somos nós que o começamos a compreender melhor.

Esta disponibilidade e abertura a novos entendimentos faz parte da própria conversão e fidelidade ao Evangelho:

«O contrário da conversão é o fixismo, ou seja, a sub-reptícia convicção de não precisar de qualquer nova compreensão do Evangelho. Trata-se do erro de querer cristalizar a mensagem de Jesus numa forma única e sempre válida; ao passo que a forma deve poder sempre mudar a fim de a substância permanecer sempre a mesma. A verdadeira heresia não consiste apenas em pregar outro Evangelho, como nos lembra Paulo (cf. *Gal* 1, 9), mas também em deixar de o traduzir nas linguagens e formas contemporâneas, como fez precisamente o Apóstolo dos Gentios. *Conservar* a mensagem de Cristo significa mantê-la viva, não enclausurá-la.»¹⁰

Como é evidente, não pretendo afirmar aqui que a mudança é a única maneira de sermos fiéis ao Evangelho, dizer isso é quase que defender a mudança pela mudança, o que me parece ser insustentável e perigoso. Mas é preciso dizer, com igual clareza, que o fixismo e a cristalização, em formas únicas e definitivas, impedem essa mesma conversão e fidelidade¹¹.

¹⁰ Continuo a citar o discurso do Papa Francisco na apresentação dos votos natalícios.

¹¹ No decorrer do discurso podemos também notar a presença de uma tensão nesta dinâmica de conversão, daí a necessidade que Francisco refere de uma constante atitude de vigilância e da prática constante do exame de consciência.

4. A leitura dos Sinais dos Tempos

A atitude de conversão e fidelidade ao Evangelho exige e pressupõe, igualmente, o exercício da leitura dos sinais dos tempos. Certamente todos os que leem o que aqui está escrito já ouviram esta expressão, mas ainda assim parece-me importante precisar o que entendo por ela, de modo a aprofundar a minha partilha.

A definição da categoria *sinais dos tempos* tem sido objeto de múltiplos debates. Nela podemos encontrar um evidente sentido teológico com um significado cristológico e escatológico irreduzível, testemunho simultâneo da dinâmica da encarnação e dos novos tempos que se querem inaugurar. Mas ela tem, também, um sentido sociológico subjacente, referindo-se àqueles fenómenos que, por causa da sua generalização e grande frequência, acabam por caracterizar uma época histórica, expressando o pensamento, o sentido e as aspirações da humanidade de cada tempo. Julgo bastar esta breve referência para percebermos a complexidade do exercício da leitura dos sinais dos tempos para aquilo que aqui nos interessa¹².

Não basta, pois, estarmos atentos aos fenómenos sociais, procurando entender o que verdadeiramente significam acerca da condição humana, precisamos, do mesmo modo, de ter sobre eles uma reflexão teológica, ou seja, um entendimento que não se esgote numa preocupação estritamente fenomenológica, mas que procure intuir a revelação que Deus nos está a fazer através deles. A leitura dos sinais dos tempos pressupõe uma reflexão construída no diálogo da fé cristã com os diversos acontecimentos e situações da história humana.

«Trata-se da relação entre duas componentes que, entrelaçando-se, se orientam e fecundam mutuamente. A reflexão necessita dos problemas assim como das intuições que surgem na vivência individual e coletiva duma fé que perscruta os apelos de Deus inscritos nas realidades da história. Por sua vez, ajuda este percurso de existência crente a conduzir-se de acordo com o que a Sagrada Escritura e a Tradição da Igreja indicam.

¹² Sobre a complexidade da categoria *sinais dos tempos*, veja-se Domingos Terra, *A leitura crente dos sinais dos tempos*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2012, pp. 15-50.

A prática cristã e eclesial da atenção aos sinais dos tempos fornece matéria sobre a qual a teologia se deve debruçar. Mas esta robustece também essa prática com um conteúdo de pensamento que a legitima e enquadra. A consideração dos ditos sinais implica um saber que passa pela experiência da resposta aos mesmos. Mas carece igualmente duma articulação racional iluminada pelas fontes da fé, que devem nortear toda a vida da Igreja. É provável que nesta aprendizagem teórico-prática se detetem aspetos difíceis de conjugar e surjam questões que demoram a encontrar resposta. Espera-se que na experiência refletida do discernimento dos sinais dos tempos, operado em Igreja, se vá construindo um saber integrador a respeito deste último. Não é permitida aqui qualquer retirada face aos pontos difíceis que a realidade apresenta. Talvez se chegue a conciliar no plano da experiência aquilo que se mostra dissonante no do pensamento. É possível que, à medida que ela continua, se encontrem respostas para questões que parecem impasses.»¹³

Hesitei se deveria reduzir a citação, pois ela é, de facto, longa. Acabei, no entanto, por deixá-la na totalidade, por me parecer traduzir bem o exercício a que somos convocados com o tema que aqui nos congrega.

Também a este nível não deixo de registar a presença de uma certa tensão, bem identificada, aliás, no mesmo texto:

«Ao empenhar-se na leitura crente dos sinais dos tempos, a Igreja mostra que quer viver inserida na história e agir nela de acordo com as exigências de cada momento. Manifesta a vontade de partilhar, à sua maneira, tanto o que conforta como o que aflige o ser humano em geral. Espera-se, então, que ela tenha força para enfrentar as dificuldades que hão de surgir no decorrer de tal leitura. Não faria sentido querer efetuar esta, sem estar disponível para lidar com aquelas.»¹⁴

¹³ Terra, pp. 49-50.

¹⁴ Terra, p. 147.

O diálogo e o debate no contexto da existência concreta dos seres humanos são espaço privilegiado e necessário para a proposta da reflexão cristã:

«A fé cristã não pode ignorar o que se passa com as pessoas, quando cumpre a sua missão. Precisa de tê-las em consideração. Deve procurar saber quem são e que mundividência adotam. Só assim a fé cristã conseguirá comunicar com o mundo de hoje. Ao deixar-se confrontar com as questões que neste se levantam, descobrirá que o significado da sua própria mensagem se enriquece. A fé cristã ver-se-á com novas possibilidades de discurso e de inspiração de ação quando se expõe a interrogações historicamente situadas que lhe colocam novidade.»¹⁵

Certamente neste exercício surgirão momentos de dúvida, de incerteza, de incompreensão e mesmo tensão, mas isso não significa que lhe devamos fugir com a pretensa ilusão de que assim preservaremos a fé cristã de qualquer tipo de contaminação. Para que a reflexão teológica, e nela a reflexão no contexto do pensamento social cristão, possam mesmo ser levadas a sério, tem de ser assumida simultaneamente como serviço à causa de Deus e serviço à causa humana. Doutro modo, não me parece, aliás, ser fecundo o próprio exercício do teólogo.

5. A cultura como lugar teológico

A proposta cristã precisa da história humana para se concretizar. Ela é mesmo uma proposta para a história, para cada momento histórico que nos é dado viver. Deste modo, julgo poder afirmar que a história concreta da existência humana, com todas as suas dúvidas e certezas, com todas as suas procuras, é lugar necessário e insubstituível para a própria proposta cristã. Não se trata, certamente, de aceitar tudo e de todos os modos, mas trata-se de não poder prescindir dela, de não poder deixar de dialogar com ela.

¹⁵ Domingos Terra, *A fé cristã no espaço público*, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2018, p. 112.

Ao não poder prescindir da história humana, a reflexão cristã não pode, igualmente, prescindir da cultura. «É a cultura que faz da história humana História e faz da sociedade uma sociedade verdadeiramente humana.»¹⁶ A cultura é, então, âmbito em que se deve realizar o exercício da leitura dos sinais do tempos, ou, se quisermos dizer de outro modo e em linha com o que tenho vindo a afirmar, ela é lugar teológico, lugar onde se pode e deve desenvolver a reflexão cristã, porque lugar onde a revelação de Deus se explicita.

Não estou, com esta afirmação, a propor um outro lugar da revelação para além da Sagrada Escritura e da Tradição, nem muito menos afirmo que a cultura seja lugar alternativo ou substitutivo desses. Não é isso que pretendo. Pelo contrário, quero antes afirmar que a cultura é lugar onde se faz a leitura da Sagrada Escritura e se constrói o percurso da Tradição. Não é preciso ter conhecimentos muito aprofundados para se perceber que os próprios textos da Escritura têm uma inegável marca cultural — a das comunidades e do tempo em que se foi forjando a sua redação —, tal como a Tradição foi sempre acontecendo e expressando-se em determinados contextos culturais. A revelação que acontece na Sagrada Escritura e na Tradição é sempre discernida em determinados contextos culturais. É nesse sentido que afirmo ser a cultura um lugar teológico, um lugar onde o divino e o humano se interpenetram.

Neste contexto, concordo com Tomás Halík quando afirma: «Creio que o Cristianismo de amanhã será sobretudo uma comunidade de uma nova hermenêutica, de uma nova leitura, de uma nova e mais profunda interpretação tanto das fontes da revelação — a Escritura e a Tradição — como sobretudo da Palavra de Deus *nos sinais dos tempos*.»¹⁷

Julgo que ficam assim enunciados, ainda que de um modo muito geral, alguns dos indicadores que me parecem não podermos deixar de ter em conta numa reflexão a desenvolver no contexto do pensamento social cristão.

¹⁶ Tomás Halík, *A tarde do cristianismo. O tempo da transformação*, Paulinas, Prior Velho, 2022, p. 49.

¹⁷ Halík, p. 94.

6. A existência de uma tensão

Não quero, no entanto, terminar, sem sinalizar, uma realidade que esteve sempre presente em todo este meu discurso. Refiro-me à existência de uma tensão em todo este exercício. Várias vezes chamei a atenção para a mesma com o intuito de poder a ela regressar no fim da minha exposição, por me parecer encontrar nela mais um indicador a ter em conta.

Perante a tensão, a atitude mais habitualmente assumida passa por procurar ultrapassá-la. Pois parece-me ser precisamente aí que reside um dos problemas que mais dificulta a nossa ação nesses momentos. Perante as tensões, não julgo ser esta, de facto, a solução mais acertada. Ilustro este pensamento com uma partilha desenvolvida no âmbito da reflexão cristológica, na qual encontramos uma certa tensão entre o divino e o humano. Sempre que essa mesma reflexão tentou ultrapassar a tensão acabou, todas as vezes, por sublinhar um polo em detrimento do outro. Ora sublinhou a condição humana de Jesus em detrimento da divina, ora o inverso, pondo em causa a sua própria identidade. Os chamados concílios cristológicos disso nos deram conta, apontado como heréticas essas tentativas de solução¹⁸.

A «pedra de toque» está no assumir a tensão e não no ultrapassá-la. Jesus Cristo é verdadeiramente homem e verdadeiramente Deus, nele a duas condições existem sem se confundirem, sem se sobreporem, sem se anularem. A distinção das mesmas, imprescindível e necessária, não implica antagonismo, nem incompatibilidade, pelo contrário, em Jesus Cristo exigem-se mutuamente, não podendo existir uma sem a outra.

Também na experiência cristã e na proposta que dela decorre, existe uma tensão que pode ser formulada de vários modos, sendo um deles a tensão existente entre permanência e transformação. A fé cristã interpela constantemente a realidade no sentido de alargar os seus horizontes e da sua transformação, mas também esta interpela constantemente a fé, no sentido de novas traduções e compreensões.

O seguimento de Jesus implica muito mais do que acreditar numa doutrina e seguir uma moral. Estas, a doutrina e a moral, estão ao

¹⁸ Destaco os Concílios de Niceia (325), Constantinopla (381), Éfeso (431), Calcedónia (451).

serviço do seguimento, com o intuito de o facilitar e tornar mais inteligível, e não o contrário. A doutrina e a moral não podem ser, nunca, palavra definitiva e acabada, mas delas não se pode prescindir no exercício do seguimento. Este não pode, nunca, deixar de ser critério e medida para ambas, e estas não podem, nunca, deixar de ser tentativa de tradução fiel desse seguimento. Esta tensão é nota característica do seguimento, feito individualmente e em comunidade, e sempre alimentado pelo Espírito do Ressuscitado. Julgo que em cada momento da história esta tensão deve ser assumida.

7. A modo de conclusão

Em relação ao que nos junta nesta reflexão, descobre-se a necessidade de ensaiar outros caminhos que passem por uma nova compreensão da antropologia cristã, que não fique simplesmente amarrada a formulações fechadas e acabadas, dependentes de um conceito estático de «natureza humana», sem escutar sinceramente o Evangelho, nem entrar em diálogo com o que dizem as outras ciências que procuram dar conta da condição humana. Trata-se, no fundo, de procurar um diálogo, em Igreja, a partir da própria fé, mas que, por partir da própria fé, não pode ignorar a história humana.

A fé cristã é uma jornada com Jesus Ressuscitado. Uma jornada de confiança e coragem, de amor e fidelidade. É um movimento em direção a um futuro que Cristo já inaugurou e para o qual nos convoca. Um futuro que implica, na linha do seu seguimento, a transformação da vida e do mundo.